

ATAS

Folha 39

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu-se esta Direção, (com a exceção da Presidente Ir. Nazaré Jardim, que se encontra internada no hospital) na sede do Instituto do Bom Pastor "Haurietis Aquas" na Quinta do Cruzeiro, Largo das Oliveiras em Ermesinde.

Após contacto com os pontos da agenda, procedeu-se à análise, aprovação e assinatura das Peças Finais de Apresentação de Contas do ano de dois mil e dezasseis, documento este que vai ser entregue no Centro Distrital de Segurança Social do Porto.

Como não havia mais nada a tratar, deu-se por terminada esta reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada passa a ser assinada por todos os elementos da Direção presentes.

Tesoureira

Secretário

Vogal

Vogal

Fátima Eug. P. Pimentel

Luís M. R. Silva

Severina Xavier

Maria Armida Porto Silva

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE

2016

DENOMINAÇÃO INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"

MORADA Largo das Oliveiras – Quinta do Cruzeiro

N. **ANDAR** **LOCALIDADE** Ermesinde

FREGUESIA Ermesinde

CONCELHO Valongo

COD. POSTAL 4445-419

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Ermesinde, ____

ASSINATURAS

Florença Pereira Pimentel

Luis Maria Pacheco de Silva

Isabel Maria da Silva Xavier

Maria Luísa Castro Silva

ASSINATURA DO PRESIDENTE

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500868522

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	219 894,07	194 418,76
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	751,10	347,76
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		220 645,17	194 766,52
Ativo corrente			
Inventários	6	361,13	261,41
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11.7	5 690,07	4 584,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	11.3	1 380,09	1 360,47
Outros ativos correntes	11.2	4 320,50	5 439,05
Caixa e depósitos bancários	11.4	20 325,94	33 204,08
		32 077,73	44 849,86
Total do ativo		252 722,90	239 616,38
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.5	12 380,16	12 380,16
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	11.5	151 543,12	116 429,84
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8/11.5	23 894,70	26 105,14
		187 817,98	154 915,14
Resultado líquido do período		15 677,97	35 113,28
Total dos fundos patrimoniais		203 495,95	190 028,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11.6	568,26	1 458,78
Estado e outros entes públicos	11.7	7 371,99	6 186,63
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11.3	1 467,27	419,20
Outros passivos correntes	11.8	39 819,43	41 523,35
		49 226,95	49 587,96
Total do passivo		49 226,95	49 587,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		252 722,90	239 616,38

A Direção

Contabilista Certificado

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500868522

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	31.369,03	32.768,52
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.9	459.165,64	477.295,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-57.251,67	-71.471,86
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-94.510,98	-96.612,24
Gastos com o pessoal	9	-286.717,30	-267.780,97
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	11.11/13	4.574,83	3.409,47
Outros gastos	11.12	-22.618,60	-24.081,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.010,95	53.526,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-18.163,50	-18.413,69
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15.847,45	35.113,28
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	11.13	-169,48	0,00
Resultados antes de impostos		15.677,97	35.113,28
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		15.677,97	35.113,28

A Direção

Contabilista Certificado

Alomeng Pereira Pimentel

[Assinatura]
CE 14686

*Guilherme Pacheco da Silva
 Frederica Zepêlia da Silva Xavier
 Maria Beninda Castro Silva*

Entidade: INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500868522

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Lar Idosos	Lar Crianças e	PERÍODOS	
				2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	6 000,00	25 369,03	31 369,03	32 768,52
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9/11.10	-52 672,69	-297 693,47	-350 366,16	-346 591,78
Resultado Bruto		-46 672,69	-272 324,44	-318 997,13	-313 823,26
Outros Rendimentos	8/11.9/11.11/11.13	46 450,79	417 289,68	463 740,47	480 705,32
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5/11.10	-17 513,78	-88 763,51	-106 277,29	-107 686,98
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	11.12	-428,80	-22 189,80	-22 618,60	-24 081,80
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-18 164,48	34 011,93	15 847,45	35 113,28
Gastos de financiamento (líquidos)	11.13	-33,90	-135,58	-169,48	0,00
Resultado antes de impostos		-18 198,38	33 876,35	15 677,97	35 113,28
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-18 198,38	33 876,35	15 677,97	35 113,28

Filomena Pereira Simenle
Luís Pereira e Pacheco da Silva
Secretaria Geral da Instituição
Associação Benilde Castro Silva

INSTITUTO DO BOM PASTOR "HAURIETIS AQUAS"
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		31 439,41	32 650,41
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-18 349,60	-20 880,32
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-117 765,16	-175 490,72
Pagamentos ao pessoal		-197 982,67	-180 431,94
Caixa gerada pelas operações		-302 658,02	-344 152,57
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		334 860,38	349 545,28
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		32 202,36	5 392,71
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-46 969,10	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-46 969,10	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		10 000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		2 171,00	1 317,44
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-10 000,00	0,00
Juros e gastos similares		-282,40	-110,10
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 888,60	1 207,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-12 878,14	6 600,05
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 204,08	26 604,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período		20 325,94	33 204,08

A Direção

Contabilista Certificado

Gilomena Pereira Lmente

[Assinatura]

*Luis Maria Pacheco da Silva
 Fernanda Zolalia da Silva Xavier
 Maria Rosinda Castro Silva*

INSTITUTO DO BOM PASTOR

“HAURIETIS AQUAS”

Anexo

Demonstrações Financeiras

2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Inventários	11
7	Rédito	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações	13
11.1	Investimentos Financeiros	13
11.2	Outros Ativos Correntes.....	13
11.3	Diferimentos	13
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.5	Fundos Patrimoniais	14
11.6	Fornecedores	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
11.8	Outros Passivos Correntes	14
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.10	Fornecimentos e serviços externos	15
11.11	Outros rendimentos.....	15
11.12	Outros gastos	15
11.13	Resultados Financeiros	16
11.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O “INSTITUTO DO BOM PASTOR “HAURIETIS AQUAS”” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social”, que se encontra registada na Direção-Geral da Segurança Social no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social, na página 32 verso desde 18/01/1984, com sede no Largo das Oliveiras - Quinta do Cruzeiro, Ermesinde. Tem os seguintes objetivos:

- Manter e educar adolescentes do sexo feminino que se encontrem com desvios de comportamento, com perturbações emocionais e com dificuldades de adaptação social devido a situações de carência;
- A educação e assistência do Instituto, orientadas pelos princípios cristãos, visam assegurar às educandas o desenvolvimento físico, a formação moral e cívica, intelectual e profissional e a criação de hábitos de trabalho que lhes permitam angariar meios de honesta subsistência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4/6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Terrenos	5.985,57	0,00	0,00	0,00	5.985,57
Edifícios	289.354,99	42.408,68	0,00	0,00	331.763,67
Equipamento Básico	56.152,17	570,19	0,00	0,00	56.722,36
Equipamento de Transporte	52.957,22	0,00	0,00	0,00	52.957,22
Equipamento Administrativo	34.339,02	0,00	0,00	0,00	34.339,02
Equipamento Informático	16.300,84	659,94	0,00	0,00	16.960,78
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.448,06	0,00	0,00	0,00	2.448,06
Ativo Tangível Bruto	457.537,87	43.638,81	0,00	0,00	501.176,68
Depreciações Acumuladas					
Edifícios	142.473,38	3.891,88	0,00	0,00	146.365,26
Equipamento Básico	49.304,38	2.234,26	0,00	0,00	51.538,64
Equipamento de Transporte	23.432,96	10.591,44	0,00	0,00	34.024,40
Equipamento Administrativo	30.160,80	1.041,53	0,00	0,00	31.202,33
Equipamento Informático	15.570,73	320,95	0,00	0,00	15.891,68
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.176,86	83,44	0,00	0,00	2.260,30
Depreciações Acumuladas	263.119,11	18.163,50	0,00	0,00	281.282,61
Ativo Tangível Líquido	194.418,76	25.475,31	0,00	0,00	219.894,07

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	294,95	15.616,13	55.822,19	261,41	12.958,11	44.393,28	361,13
Total	294,95	15.616,13	55.822,19	261,41	12.958,11	44.393,28	361,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				71.471,86			57.251,67

7 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços	31.369,03	32.768,52
Quotas de utilizadores	31.369,03	32.768,52
Total	31.369,03	32.768,52

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	31-12-2016			31-12-2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	407.385,60	0,00	0,00	406.933,44
DSRN - ASE	Não reembolsável	0,00	0,00	179,48	0,00	0,00	445,52
Município de Valongo	Não reembolsável	0,00	0,00	2.794,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	1.467,25	0,00	0,00	11.777,26
FSS (Ativos Fixos Tangíveis – Viatura)	Não reembolsável	394,70	0,00	1.710,44	2.105,14	0,00	2.697,12
Fundação Manuel António da Mota (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	23.500,00	0,00	500,00	24.000,00	0,00	500,00
TOTAL		23.894,70	0,00	414.036,77	26.105,14	0,00	422.353,34

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram de “6”. De um período para outro não se verificou a alteração de qualquer membro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de “23” e em 31/12/2016 foi de “24”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	233.019,01	197.848,85
Indemnizações	2.239,21	820,86
Encargos sobre as Remunerações	48.128,36	40.536,74
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.351,80	2.358,52
Outros Gastos com o Pessoal	978,92	1.788,15
IEFP – Estágios/CEI/ME/TSU+	0,00	24.427,85
Total	286.717,30	267.780,97

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros investimentos financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	751,10	347,76
Total	751,10	347,76

11.2 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Outras Operações com Pessoal	0,00	1.370,26
Entidades do Setor Público Administrativo – IEFP	1.395,99	3.044,54
Outros Devedores	2.924,51	1.024,25
Total	4.320,50	5.439,05

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.380,09	1.360,47
Total	1.380,09	1.360,47
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	1.467,27	419,20
Total	1.467,27	419,20

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	2.302,89	4.967,30
Depósitos à ordem	11.023,05	28.236,78
Depósitos a prazo	7.000,00	0,00
Total	20.325,94	33.204,08

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.380,16	0,00	0,00	12.380,16
Resultados transitados	116.429,84	35.113,28	0,00	151.543,12
Outras variações nos fundos patrimoniais	26.105,14	0,00	-2.210,44	23.894,70
Total	154.915,14	35.113,28	-2.210,44	187.817,98

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	568,26	1.458,78
Total	568,26	1.458,78

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.690,07	4.584,85
Total	5.690,07	4.584,85
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.407,00	1.258,00
Segurança Social	5.922,40	4.904,37
Fundo Compensação do Trabalho	42,59	24,26
Total	7.371,99	6.186,63

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	39.819,43	0,00	41.523,35
Total	0,00	39.819,43	0,00	41.523,35

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	411.826,33	419.156,22
Doações e heranças - Donativos	47.339,31	58.139,63
Total	459.165,64	477.295,85

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	6.397,19	7.338,95
Serviços especializados	26.515,84	20.146,37
Materiais	7.811,95	4.081,64
Energia e fluidos	23.423,82	32.977,37
Deslocações, estadas e transportes	4.649,60	6.637,42
Serviços diversos	10.048,01	10.832,62
Encargos com utentes	15.664,57	14.597,87
Total	94.510,98	96.612,24

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	1.472,10	0,00
Outros	3.102,73	3.409,47
Total	4.574,83	3.409,47

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1.104,00	818,60
Outros Gastos	3.160,00	1.399,74
Apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	18.354,60	21.863,46
Total	22.618,60	24.081,80

11.13 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	169,48	0,00
Total	169,48	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-169,48	0,00

11.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

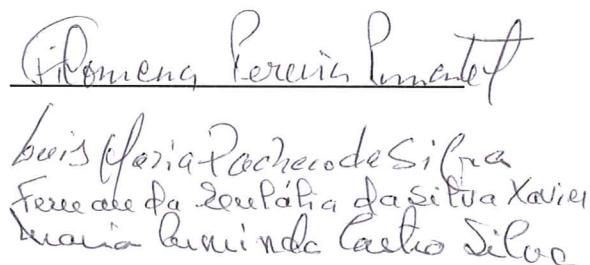
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Ermesinde, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção



Luís Maria Pacheco de Silva
Presidente da Direção da Silva Xavier
Maria Luísa Carlos Silva

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas dez horas na Sede do Instituto do Bom Pastor "Harriettis Aguas" esse venerável esteve reunido o Conselho Fiscal para analisar as contas finais das contas de exploração provisional e orçamento de investimentos e desinvestimentos. O Conselho foi de parecer favorável. —

Submetemos a aprovação de V.ªs a conta de exploração provisional para o exercício do ano dois mil e quinze do Instituto do Bom Pastor "Harriettis Aguas". Por não haver mais a tratar, foi encerrada a sessão da qual foi lavada esta acta.

Presidente: Maria Fielix Boas Nogueira

Vogal: Antonio Manuelbuquerque Martins Rosa

Vogal: Maria Aminda Castro Silva

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas na Sede do Instituto do Bom Pastor —

"Harriettis Aguas" esse venerável esteve reunido o Conselho Fiscal para analisar as contas finais das contas de exploração provisional e orçamento de investimentos. O Conselho Fiscal foi de parecer favorável. Submetemos a aprovação provisional de V.ªs a conta de exploração provisional para o exercício do ano dois mil e dezasseis do Instituto do Bom Pastor "Harriettis Aguas". Por não haver mais a tratar, foi encerrada a sessão da qual foi lavada esta acta —

Presidente: Maria Fielix Boas Nogueira

Vogal: Antonio Manuelbuquerque Martins Rosa

Vogal: Maria Aminda Castro Silva

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Aos nove dias do mês de junho de
dois mil e dezanove, pelas dez horas
na Sede do Instituto do Bom Pastor
"Harriettis Aguas" e em Bruminda esteve
reunido o Conselho Fiscal para analisar
as peças finais das contas de exploração
provisional e orçamento de investimento e
desinvestimento. O Conselho foi de parecer
favorável. —

Levamos a aprovação de S^{rs} C^{os} a conta
de exploração provisional para o exercício
do ano dois mil e quinze do Instituto do
Bom Pastor "Harriettis Aguas". Por não
haver mais a tratar, foi encerrada
a sessão da qual foi lavada esta acta.

Presidente: Maria Amélia Rosa Nogueira

Vogal: António Manuel Loureiro Martins Rosa

Vogal: Maria Aminda Castro Silva